

Apontamentos para o estudo do verde lúdico no Porto

Manuela Soares ¹

Se, numa primeira fase, o século XVIII, no Porto tinha sido marcado pela actividade de Nasoni, pintor ilusionista chegado ao Porto em 1725 a convite do Cabido para pintar a capela-mor da Sé² e, numa segunda fase, pelo iluminismo dos Almadás, retratado na Junta de Obras Públicas que inicia a sua actividade em 1763; se as encomendas mais faustosas se identificavam com um alto-clero contra-reformista e com uma nobreza ainda terratenente e absolutista, o século XIX vai, em contrapartida, surgir como a época de uma certa liberalização e laicização da propriedade e também da sociedade.

Contudo, conjunturas de crise política vão impedir mudanças, apesar de tudo, mais rápidas. A primeira metade do século vai ser marcada, a nível nacional, por acontecimentos históricos que irão mudar decisivamente o futuro do país como as Invasões Francesas, a saída da Família Real para o Brasil, os problemas económicos surgidos da crise política, dos vários bloqueios e do próprio domínio britânico e mais tarde, na década de vinte, a Implantação do Liberalismo.

O Porto envolve-se activamente em todos estes acontecimentos. Não será demais enumerar os casos da Segunda Invasão Francesa, em 1809, e da entrada das tropas de Soult na cidade, provocando o desastre da Ponte das Barcas, a constituição do Sinédrio nesta cidade, em 1818, ainda a Revolução Liberal, iniciada no Campo de Santo Ovídio em 1820, ou a resistência ao cerco absolutista, durante um ano, após o desembarque das tropas liberais em

1. Investigadora e professora do ensino secundário. Mestre em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2. Sobre a temática de Nasoni e a introdução do Barroco no Norte de Portugal, Joaquim Jaime B. Ferreira Alves acrescenta ao panorama arquitectónico da primeira metade do século a actividade de António Pereira, que terá deixado o seu risco em muitas das construções erguidas na época e até há bem pouco tempo atribuídas a Nasoni. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988, vol. 1, p. 53 - 87.

Pampelido e a tomada da cidade por estas tropas em 1832. Até à Regeneração, em meados do século, o Porto continuará a exercer um papel fundamental no desenrolar dos principais acontecimentos políticos, como em 1842 no golpe de estado Cartista de Costa Cabral³.

Em meados do século a cidade respira, enfim, uma atmosfera mais calma e é tempo de se levar a cabo o arranque por todos desejado. O período do Fontismo reflecte a nível de transportes, indústria, comércio, uma tentativa de facto de modernização do país, na qual a cidade do Porto se empenha com todo o interesse.

Esta renovação vai contagiar o conceito de urbanismo da época. Também aqui as questões se mantêm em aberto. O século XVIII tinha iniciado, com a actividade da Junta de Obras Públicas e o iluminismo dos Almadás, uma renovação urbana, visível no traçado regularizador imposto a algumas das zonas mais fulcrais da cidade. A Praça da Ribeira fora ordenada, a abertura da rua de S. João estabeleceu a ligação à cidade nova unindo a Ribeira ao Largo de S. Domingos e conseqüentemente à Praça de Santo Elói, rasgaram-se os principais eixos viários de ligação do Porto a outros centros urbanos do norte como Braga, Póvoa e Régua. Adiante abordaremos os casos da regularização da Praça de Sto. Ovídio, da Alameda das Fontainhas, da criação da Praça da Vitória e da implementação da ideia de Passeio Público na cidade.

Será ainda durante a administração dos Almadás que a cidade se alarga para a zona extra-muros. A antiga muralha fernandina, agora considerada obsoleta, é deitada a baixo nalguns pontos, de forma a deixar espaço à construção de novos arruamentos e novos bairros de habitações. A cidade afasta-se do rio, dando lugar a novos arruamentos e novos bairros residenciais mais para norte, para ocidente e para oriente. Em Cedofeita, o ritmo de crescimento de habitações é de 250%, enquanto que na Vitória, que é uma freguesia intramuros, o crescimento é cinco vezes menor⁴. Este crescimento acentuar-se-á após o Cerco Absolutista, durante o qual toda a zona ribeirinha será seriamente danificada, optando-se pela construção de novas zonas residenciais.

Visível neste final do século XVIII será ainda a marca deixada pelos súbditos britânicos, radicados na cidade, que não deixarão de influenciar não só os esquemas urbanísticos, como o plano da Praça da Ribeira elaborado pelo cônsul britânico na cidade, John Whitehead, mas também a gramática decorativa, introduzindo na cidade o gosto pelo neopalladianismo, que se notará, ainda, ao longo de todo o século XIX.

3. PEREIRA, Gaspar Martins e SERÉN, Maria do Carmo - O Porto oitocentista. In " História do Porto ". Porto: Porto Editora, 1994, p. 378 - 513.

4. TAVARES, Rui e REAL, Manuel Luís - Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto. " Povos e Culturas ". Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, nº2 (1987), p. 406. Separata.

Finalmente, será ainda com a Junta de Obras Públicas que as primeiras medidas relacionadas com o abastecimento de água serão tomadas. Importa não esquecer que esta época será marcada por grandes problemas de saúde pública, de insalubridade provocada pelas deficitárias condições de habitabilidade, pela falta de higiene e pela falta de água potável. As epidemias sucedem-se até finais do século XIX a um ritmo assustador, agravadas pelo enorme afluxo de população às cidades.

Sabemos, através dos Recenseamentos da População, que o ritmo de crescimento aumenta significativamente ao longo do século XIX. Portugal vê a sua população quase duplicar entre 1835 e 1911: de 3 061 684 sobe para 5 547 708⁵. O concelho do Porto em 1864 contava com 90527 habitantes. Em 1878 aquele número sobe para 110 667 e em 1890 já vivem no concelho 146736 habitantes⁶.

A nível mundial, o século XIX afigura-se como a época das grandes renovações urbanísticas levadas a cabo nos grandes centros urbanos. Questões como a circulação, a iluminação, o abastecimento de água, a criação de bairros sociais, a criação de mercados, o saneamento, e muitas outras, fazem parte do historial do Porto Oitocentista e prolongam-se mesmo pelo século XX.

Do rossio à alameda

Numa vontade de encontrar as origens dos espaços públicos e do ambiente que neles se vivia, somos levados a recuar um pouco no tempo. Encontramos um burgo tipicamente medieval, não muito extenso, com os seus becos tortuosos e estreitos, onde se amontoam palhoças, casas, currais e porventura pequenos espaços de hortas ou quintais, que sobrevivem como recurso último de populações que vivem no limiar da subsistência. Mais amplos, havia unicamente as cercas dos mosteiros⁷, essas sim já com um pomar, uma horta e até talvez um pequeno jardim quanto mais não fosse no claustro. Desta cidade hoje transformada, ficou-nos a toponímia, alguma dela não usada mas conhecida, e que nos permite imaginar a envolvente natural e a presença do "verde" num espaço já marcadamente urbano. É o caso do Monte do Olival, da rua do Souto e outras ainda não incluídas no burgo medieval, mas que irão fazer

5. PEREIRA, Miriam Halpern - Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX. " Análise Social ", nº 25 e 26, p. 90.

6. PEREIRA, Gaspar Martins - Famílias Portuenses na viragem do século (1880 - 1910), Porto: Afrontamento, 1995, p. 48.

7. Na cidade existiam nesta altura os Conventos de S. Francisco e de S. Domingos na encosta do Monte do Olival.

parte da cidade como a rua do Pinheiro, a rua das Oliveiras ou a rua do Laranjal, a praça das Hortas ou ainda o lugar de Carvalhos do Monte, entre outros.

Serão desta época os primeiros rossios ou terreiros, espaços livres que ficaram do crescendo do casario, alguns extra-muros, como o da Cordoaria, outros dentro da muralha, e que serão utilizados como campo de feiras ou para outras actividades que exigiam espaços mais amplos. São lugares extremamente úteis para as populações, não só como ponto de encontro mas também porque se assumem como espaços de comércio, de negócios, onde as feiras assentam arraiais e durante séculos desempenham uma função primordial de abastecimento diário da cidade. São ainda locais propícios ao exercício de determinadas actividades. Referimos a título de exemplo os cordoeiros que deram nome à Cordoaria ou os pescadores que consertavam as suas redes no espaço do futuro Passeio Alegre.

Mas não se tratam ainda de espaços de lazer. Ao longo da segunda metade do século XVIII assistimos ao aparecimento dos passeios públicos, como já foi referido anteriormente. Se bem que seja um elemento urbanístico original para a época, já existia na cidade uma prática de passeio levada a cabo na muralha junto ao rio, tipo muralha - mirante, já referida nas Memórias Paroquiais de 1758 e estudada por Joaquim Jaime B. F. Alves⁸. A tipologia deste passeio poderá ter algo a ver com as chamadas *promenades-bourse*, ou passeio sobre o cais, frequentes em algumas cidades francesas do século XVIII como Brest, Bayonne, Toulouse ou Nantes, onde mercadores e negociantes passeavam tendo como cenário o tráfico portuário⁹.

A topográfica da cidade vai dar origem à existência de muitos locais com vocação de miradouros, como as Fontainhas, as Virtudes, a



Planta da zona da Lapa com desenho da Alameda (séc. XVIII)

A.H.M.P. Plantas de casas, L^o 1, n^o 206 – 207

8. Neste espaço do muro em que se amarrão os navios, e todo o mais que fas façe ao rio Douro he do districto desta freguezia, e he hum dos passeios de mais especiozidade, e de mayor divertimento, que tem, não só a cidade mas o reyno todo; pela proximidade do rio, e vista da variedade de embarçaõins, que nella estão surtos; pois todo o dito muro forma sobre o mesmo rio huma vistoza, e delicioza baranda . Memórias Paroquiais de 1758. Citado por ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - ob. cit., p. 95 e 96.

9. RABREAU, Daniel - La promenade urbaine en France aux XVII et XVIII siècles: entre planification et imaginaire. In " Histoire des Jardins de la Renaissance à nos jours ". Paris: Flammarion, 1991, p. 304-305.

Lapa, Miragaia e a Vitória. Serão esses a marcar a primeira estrutura do passeio público no Porto.

Os largos das fontes são igualmente procurados por serem locais aprazíveis para o descanso, o lazer e o encontro de pessoas¹⁰. Noutros terreiros, como em Miragaia, entre as casas com arcarias e o cais, espaço chamado de *Descampado*, realizavam-se corridas de touros, justas e torneios¹¹.

Como espaços amplos que são, durante muito tempo vão ser procurados pelos militares para as suas manobras. Isto passa-se especificamente na Cordoaria no tempo em que Filipe II decide plantar a alameda¹².

Até ao início do século XIX, assiste-se à plantação de árvores¹³ e construção de fontes e lavadouros¹⁴. Em termos muito gerais, será uma época em que se concentram nestes espaços diversas funções. Por serem locais de grande aglomeração das gentes e local de encontro, quase diário, das populações, ganham aos poucos carácter de picadeiro público. À função de logradouro junta-se a de passeio público e local de diversão¹⁵.

Da alameda ao jardim

O gosto pelo jardim público começou por ser uma moda que mais acentuadamente marcou a sociedade portuense a partir dos anos trinta do século XIX, com a abertura ao público do Jardim de S. Lázaro. Procurando acompanhar outras metrópoles europeias, a cidade deixa-

10. A fonte da Arca em Santo Ildefonso, [...] a primeira na estimação e admiração de todos [...] era um local muito frequentado pelos portuenses seiscentistas e setecentistas, não só pelo arvoredo de grandes e antigos alamos, que das partes que ficavam mediando entre ella e o muro ao pé do qual se acham velhos acentos. Citado por ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - ob. cit, p. 99.

11. *Idem*, *ibidem*, p. 100.

12. Quando Filipe II manda plantar árvores para formar uma alameda, o sargento-mor da cidade, Pero Lopes Camello, manifesta-se contra uma vez que as árvores iriam impedir a visibilidade sobre o inimigo e perder-se-ia um campo de manobras militares. SILVA, Francisco Ribeiro da - O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985, p. 89-93. Tese de Doutoramento.

13. Esta medida, iniciada em 1611 com a criação da alameda da Cordoaria e em 1790 com a alameda das Fontainhas, prolongar-se-à por todo o século XIX.

14. Na sua tese de doutoramento, Joaquim Jaime Ferreira Alves, partindo de uma inventariação feita com dados recolhidos nas Memórias Paroquiais de 1758, contabilizou, nas cinco freguesias da cidade (Sé, S. Nicolau, Vitória, Santo Ildefonso, Miragaia), 11 chafarizes e 23 fontes.

15. Recorde-se o S. João nas Fontainhas ou na Lapa, as praças de touros que se levantaram no Campo de Sto. Ovídio ou no Largo da Aguardente e o já referido Descampado em Miragaia.

se transportar nesse gosto e nessa moda pelo passeio, pela exibição pública, pela mundaneidade, valores esses importados da cultura francesa e britânica.

Encontramos um século XIX em que, aos recatados passeios e merendas pelo Douro acima que preencheram os tempos de lazer da sociedade setecentista, começam a juntar-se os passeios nos jardins públicos¹⁶. Este gosto pela vida social manifesta-se de igual modo nos serões que passam a ser ocupados por festas, saraus, recitais de canto e poesia, pelas chamadas "sucias" que ultrapassam o círculo familiar e reúnem toda a sociedade da época. É também o século dos bailes e festas nos clubes, das noites de ópera e de teatro.

Mas, se esta é uma das facetas mais vivas do Porto de então, sentida também é a dificuldade em manter, e mesmo em adquirir, o hábito de frequentar os jardins públicos. Este carácter algo efémero que marca a existência destes espaços é notório quando se verifica que S. Lázaro não sobrevive enquanto espaço de sociabilidade à abertura da Cordoaria, assim como, por sua vez, a Cordoaria perde a sua vitalidade com a abertura do Palácio de Cristal.

Existiram e existem na cidade espaços que, ainda que não se tratando de jardins, são espaços que sociologicamente detêm a mesma função e que nalguns casos vieram a dar origem a jardins públicos. Referimo-nos aos espaços designados por passeios e alamedas. Os primeiros representam uma das facetas do urbanismo iluminista introduzida na cidade no tempo dos Almadas. Joaquim Jaime F. Alves verificou a existência dos primeiros passeios públicos a partir de 1786, intensificando-se a sua construção até ao fim do século. É importante também referir que, segundo os estudos efectuados pelo mesmo autor, a aceitação no Porto destes elementos foi imediata, ao contrário das reservas levantadas em Lisboa por Manuel da Maia. Por outro lado, o cuidado na manutenção destes passeios é evidente quando surgem, após a conclusão das obras, editais que proíbem que carros e animais andem por cima dos passeios e ainda a colocação de peões em pedra, também chamados de frades, que evitavam que essa situação se verificasse. São ainda salientados dois aspectos particularmente pertinentes para o presente estudo. O primeiro prende-se com a constatação da influência do urbanismo inglês na cidade. O autor cita Manuel da Maia quando, na sua dissertação sobre a reconstrução de Lisboa, refere que [...] *as ruas de Inglaterra são formadas de tres divizões, a do meyo mais larga para carruagens, e as duas dos lados para a gente de pé*. Por outro lado, afirma que [...] *a modernidade do aparecimento dos passeios no Porto desde 1786 é um aspecto a realçar, se nos lembrarmos que os primeiros passeios, à moda inglesa, aparecem em Paris, em 1781*¹⁷.

16. Um dos passeios predilectos das gentes do povo no século XIX eram ainda até Campanhã, onde se podia respirar um pouco o ar do campo, descer até ao rio e fazer um pequeno passeio no Douro, conduzido pelas barqueiras de Avintes. Este quadro bucólico inspirou em Júlio Dinis uma pitoresca descrição. DINIS, Júlio - Uma Família Inglesa. Porto: Livraria Civilização, 1960, p. 206-208.

17. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - ob. cit., p. 258 e 259.

A criação de um espaço nos arruamentos destinado às pessoas e à sua circulação representa, para além de uma concepção mais disciplinada e funcional do espaço de circulação urbano, uma tomada de consciência dos problemas com que as pessoas se viam confrontadas ao circularem em espaços dominados por transportes de cargas e pessoas. Deste modo, o passeio representa o aparecimento de outra forma de estar na cidade, de um outro espaço de sociabilidade, que aos poucos se irá alargando à própria ideia de alameda, ou seja, um passeio público arborizado, onde já surgem elementos que permitem à população permanecer nesse mesmo local, como sejam os bancos e a sombra proporcionada pelas árvores. Passa, deste modo, a ser um espaço que une as funções de lazer e de logradouro das populações. O passeio deixa de ser unicamente um espaço de circulação e passa a ser também um espaço para se estar.

Há ainda a considerar as praças públicas que, em determinadas situações, ou pela área que ocupam ou pelo ajardinamento que por vezes nelas surge, devem ser incluídas nesta perspectiva como espaços de lazer¹⁸.

Passeio das Fontainhas
Edifícios do Porto em
1833
Álbum de Desenhos de
Joaquim Cardoso Vitória
Vilanova, B.P.M.P., 1987



Os espaços de passeio ou jardim de mais significado e tradição na cidade são o Jardim da Cordoaria, a Alameda das Fontainhas, a Alameda da Lapa, o Jardim de S. Lázaro, o Jardim da

18. Rosier considera que [...] as praças públicas são ao mesmo tempo lugares de cruzamento e encruzilhadas para correntes convergentes de circulação, pontos de contacto e de junção entre as diferentes partes de um aglomerado humano, traços de união entre grupos étnicos, lugares reservados a concentrações militares ou civis, comerciais, políticas ou religiosas; são áreas destinadas a serem acesso a monumentos públicos, a servirem-lhes de antecâmara, ou a receber pessoas desejosas de se isolarem dos ruídos da cidade, a constituir um quadro arquitectural a uma estátua, a uma coluna, a um arco de triunfo, etc. FERREIRA, J.A.Pinto - Para a história da rua da Boavista e Praça de Santo Ovídio. " O Tripeiro ". Porto. V série (1955), p. 17.

Praça do Marquês de Pombal, o Jardim do Palácio de Cristal, o Jardim do Passeio Alegre, o Jardim da Praça da República, o Passeio das Virtudes e o Passeio da Vitória. Certamente são espaços com um carácter próprio mas, muito genericamente, podem ser agrupados em dois tipos: espaços mais ou menos amplos, que possibilitam a concentração de diversas actividades (o caso da Cordoaria, de S. Lázaro, da Praça da República e do Passeio Alegre); espaços com áreas mais reduzidas, mas com potencialidades de aproveitamento da paisagem e do panorama envolventes (vulgarmente chamados miradouros) como as Fontainhas, as Virtudes, a Vitória, o Bonfim e a Lapa.

Existem no perímetro urbano do Porto outros jardins e espaços ajardinados, surgidos essencialmente a partir de arranjos urbanísticos e com pouca tradição na cidade.

Durante a segunda metade do século XIX e grande parte do século XX, a cidade do Porto vai ultrapassar um processo de industrialização que foi comum a muitas cidades neste período da Revolução Industrial. *Quase não se construíram no Porto durante o século XIX palácios, igrejas ou mosteiros, à maneira do século XVII e XVIII. Em compensação compraram-se máquinas, instalou-se um grande número de fábricas, multiplicaram-se os meios de locomoção e de transporte*¹⁹.

Terminadas as guerras civis que marcaram o período de instauração do liberalismo, as epidemias durante o cerco do Porto e as crises políticas que marcaram as décadas de 30 e 40, a cidade vai sofrer um acentuado aumento demográfico. Entre 1864 e 1910, Lisboa e Porto dobram a sua população²⁰. São estas as cidades com mais indústrias, o que atrai as populações que, fugindo à agricultura pobre do interior, procuram melhorar as suas vidas. No século XVII, Lisboa era quase 10 vezes maior que o Porto; no início do século XX, o Porto tem um terço dos habitantes de Lisboa; na década de 1920, atinge metade dos habitantes da capital²¹.

A cidade não está preparada para acolher toda esta população. Faltam infra-estruturas básicas, a rede de esgotos é inexistente assim como instalações sanitárias nas habitações; o abastecimento de água à cidade, ainda que já tivesse constituído uma das principais preocupações das Obras Públicas entre 1787 a 1804²², continua deficiente para as

19. FERREIRA, J. A. Pinto - A cidade na época em que a iluminação pública de azeite foi substituída pela de gás. " Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto ". Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. 25 (Mar. - Jun. 1962), p.316.

20. PEREIRA, Miriam Halpern - ob. cit., p. 102.

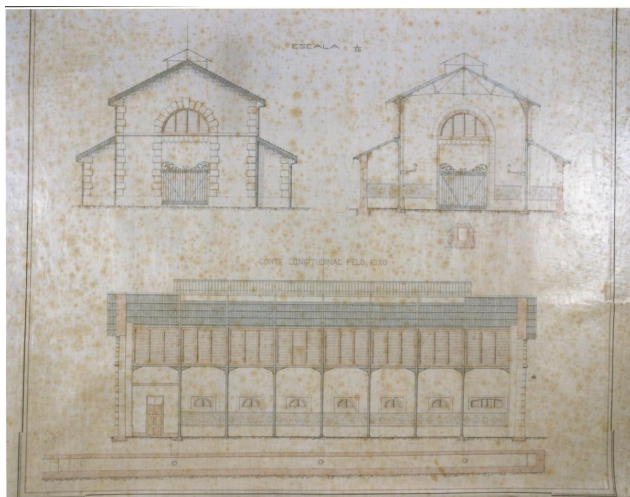
21. Dados recolhidos no Anuário da Câmara Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1924, p.58 - 60.

22. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - ob. cit., p. 255-258.

necessidades da cidade e muitas vezes a água utilizada pelos habitantes está contaminada. As casas não são suficientes para o número de habitantes e famílias inteiras amontoam-se nas ilhas que existem em algumas freguesias centrais como a Sé e Santo Ildefonso²³. As ruas estreitas e húmidas não deixam entrar o sol. Faltam espaços livres arborizados. Todos estes motivos justificam o acentuado índice de mortalidade (anormalmente alto para a época) da população do Porto. A actividade desenvolvida pelo Dr. Ricardo Jorge na viragem do século prende-se com todos os problemas de higiene e salubridade que se sentiam na cidade, à qual ele chama de *cidade cemiterial portuguesa*.

A Câmara Municipal do Porto demonstra, ao longo destes anos, interesse em solucionar todas estas questões. Ainda que com graves problemas económicos, vão-se abrindo novos arruamentos, calcetando ruas, continuando as obras de construção de aquedutos e fontes um pouco por toda a cidade, algumas das quais já vinham do século XVIII, tomam-se medidas quanto à acumulação de detritos, à lavagem de roupa nas fontes públicas, demolem-se habitações a ameaçar ruína (e muitas outras são sacrificadas por se acharem desadequadas aos novos tempos que emergiam). Criam-se espaços próprios para determinadas funções: cemitérios (caso do Prado Repouso e de Agramonte na Boavista), mercados e matadouros, numa tentativa de pôr cobro à promiscuidade provocada pelo desempenho de actividades diversas no mesmo espaço. Medidas como a transferência das feiras para outros locais mais periféricos (caso da de S. Lázaro e da Cordoaria), remoção de fontes e lavadouros e também medidas ligadas à segurança, como a colocação de gradeamentos e a aprovação dos regulamentos de S. Lázaro e das Fontainhas (em 1838 e 1842 respectivamente) permitem concluir que nesta época se procurava limitar as actividades decorrentes em cada lugar, zelando deste modo por uma maior higiene, indispensável ao combate às epidemias que então se sucediam frequentemente na cidade.

23. Ainda segundo Miriam H. Pereira, Cerca de metade da população do Porto, 120.000 indivíduos, vive no fim do século em ilhas. PEREIRA, Miriam Halpern - ob. cit., p. 98.



Projecto do Mercado na Praça Marquês de Pombal (1882).

A.H.M.P., Registo de Material Cartográfico nº 479

É ainda neste século que começa a integrar os programas urbanísticos a criação de parques e jardins públicos, como solução de questões básicas relacionadas com o controlo sanitário e social do crescimento urbano.

No Porto, ainda que a uma escala mais limitada, espaços tradicionalmente públicos, como a Cordoaria ou S. Lázaro, são ajardinados e passam a destinar-se ao lazer das populações, numa atitude de apreço por valores de contemplação da paisagem, de gosto pela natureza, pela jardinagem e horticultura²⁴.

A criação do Jardim de S. Lázaro assinala o início de uma época de crescente envolvimento da Câmara no que diz respeito à criação de espaços ajardinados. Os Passeios das Fontainhas e das Virtudes, vindos já do século XVIII, representavam espaços urbanos de lazer mas onde o verde se circunscrevia à arborização. Isto pode ser entendido como a primeira manifestação da valorização, por parte do poder local, das vantagens estéticas e lúdicas que o elemento vegetal proporcionava aos espaços urbanos. Mas, agora, o desejo é criar espaços ajardinados mais alargados.

Se medidas relacionadas com a criação e protecção quer de espaços verdes quer do arvoredo começam a ser frequentes a partir de final da década de 30, (na mesma altura em que surge o cargo de jardineiro municipal ocupado então por João José Gomes), só a partir da década de cinquenta é criada uma repartição camarária dirigida a este sector. Até ao final do século assiste-se a uma certa indefinição nas atribuições dos vereadores ligados à jardinagem municipal que, para além das questões dos jardins e da arborização da cidade, ainda têm sob a

24. [...] É no século XIX que a arte da jardinagem, ou, mais geralmente a floricultura, penetra nas antigas carreiras e alamedas para nos dar os tradicionais passeios públicos. ARAÚJO, Ilídio de - Problemas da Paisagem Urbana. Lisboa: Centro de Estudos de Urbanismo, 1961, p. 29.

sua alçada a Biblioteca Pública e o Museu²⁵. A partir de 1893 é criada uma Repartição de Jardins e Arvoredos - a 14^a - que, nesse mesmo ano, tem Jerónimo Monteiro da Costa a ocupar o lugar de chefe dos jardins e arvoredos. Ao mesmo tempo, surgem outros cargos associados a este sector como o Fiscal dos Jardins, o Fiel de Depósitos e o Ajudante de Jardineiro.

Alguns dos vereadores são figuras ligadas à jardinagem e à horticultura, clientes habituais das casas horticolas da cidade, principalmente do Horto das Virtudes, proprietários de jardins e colecionadores. É o caso de Alfredo Allen, Cristiano Wanzeler e do Visconde de Pereira Machado.

S. Lázaro assinala, igualmente, o início de uma época mais propícia aos jardins. Anteriormente faltavam as condições políticas necessárias para que este tipo de medidas pudesse ser implementado. Pelo contrário, lutas civis, cercos à cidade, barricadas e baterias provocaram, como é sabido, o corte de muitas árvores. Mas agora é possível pensar-se no lazer e bem-estar das populações e no embelezamento da cidade. Ainda que tudo suceda a um ritmo muito lento, nota-se um crescendo de medidas em defesa dos jardins. A este propósito, já em 1838, na presidência de Luciano Simões de Carvalho, é tomada uma medida que proibia que as lavadeiras utilizassem as árvores como suporte das cordas da roupa, o que danificava as árvores²⁶. No ano seguinte passa a ser proibido amarrar cordas às árvores sob pena do pagamento de uma multa de 480 réis.

Transparece, durante este período de actividade da Câmara, uma preocupação com a renovação do arvoredo e com a plantação de novas árvores. São frequentes os pedidos de árvores à Câmara de Lisboa, principalmente de amoreiras. São plantadas árvores na Praça de D. Pedro, no cemitério público, isto para já não falar do ajardinamento de S. Lázaro que na altura se efectuava. Em Abril de 1838, é concluída a plantação de 1004 árvores por toda a cidade²⁷.

Esta preocupação pela arborização atravessa todo o século e todo o país. Logo na primeira década, uma ordem obriga a que se cumpram as leis para a plantação e sementeiras

25. Vide Anexo 2.

26. Exposição dos principais actos administrativos da Câmara Municipal da Antiga, Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto em 1837. Porto, 1838, p. 31.

27. Exposição dos principais actos administrativos da Câmara Municipal da Antiga, Muito Nobre, sempre Leal e Invicta Cidade do Porto em 1838. Porto, 1839, p. 32.

de amoreiras, carvalhos e pinheiros nas terras próprias de todo o país²⁸. Um Alvará de 1804 proíbe o corte das árvores²⁹.

Sucedem-se os contactos com Lisboa, solicitando o envio de espécies para serem plantadas nas ruas da cidade assim como as queixas e participações de destruição ou dano causado às árvores, principalmente às mais jovens, e das medidas tomadas pelos guardas para descobrir os "arboricidas", conforme eram apelidados. Estas participações iam desde a pura destruição por vandalismo, ao corte de ramos movido pela necessidade de arranjar lenha, à utilização das árvores como suporte de cordas para estender roupa, tal como já foi anteriormente referido, ou para servir de amarras aos navios, como aconteceu no Ouro³⁰. Outros casos, porventura mais raros, como o *quebramento de uma árvore por ingleses embriagados*, obrigados por isso a pagar 1200 réis de multa³¹, ou ainda outro mais insólito em que indivíduos não identificados injectaram mercúrio nas árvores da Praça da Batalha³², mostram-nos que, se por um lado há uma vontade notória em arborizar, as dificuldades em as manter são ainda muitas.

A 18 de Setembro de 1837, João José Gomes assina o Termo como jardineiro do Jardim de S. Lázaro. Pela quantia de trezentos mil réis anuais, tinha de cumprir as seguintes condições:

1º Que o referido Jardineiro se obriga a conservar o Jardim sempre plantado com as flores do tempo, com os arbustos e arvores que tem, bem como a pôr todas aquellas que seccarem e mesmo roubarem

2º Que para que tenha effectividade a obrigação da condição precedente se obriga a vigiar de dia e noite, e finalmente a conserva-lo sempre ainda melhor do que hoje existe, se tanto for possível

3º Que a Illustrissima Camara nada mais despenderá com estrumes, plantas e qualquer objecto necessario ao officio e limpeza do Jardim, porque tudo fica incluido na quantia estipulada

4º Que a Illustrissima Camara promoverá e deligenciará hua Guarda Militar para a policia do Jardim, todas as vêzes que a respectiva Authoridade a conceder

28. A.H.M.P., Livro de Próprias nº 18, fl. 49.

29. [...] Que aos Arvoredos das Coutadas, Rocios ou Baldios dos Concelhos e que são communs dos moradores não seja permittido cortar arvores algumas salvo o desbastallas ou limpallas . A.H.M.P., Livro de Próprias nº 18, fl. 196.

30. A.H.M.P., Livro de Próprias nº 110, fl. 532.

31. A.H.M.P., Livro de Próprias nº 140, fl. 71.

32. A.H.M.P., Livro de Próprias nº108, fl. 13.

5º Que elle Jardineiro se obriga a cumprir quaesquer regulamentos policiaes que se estabellecerem para o mesmo Jardim, e no entanto observará e fará observar o da data de vinte e dous d'Agosto de mil oitocentos e trinta e cinco

6º Que quando elle Jardineiro não cumpra exactamente com as obrigações estabellecidas, não tenha o Jardim bem limpo, regado e sempre plantado, perderá o ordenado d'um mez, e será expulso [...] 33

Em 1838 João José Gomes ocupa o cargo de primeiro jardineiro da cidade, ficando incumbido do tratamento, conservação e plantação de todo o arvoredo do Concelho³⁴.

Em 1840, durante a presidência de José Maria Ribeiro Pereira, a cerca do antigo Convento de Santo António começa a ser utilizada como viveiro ou horto de plantas para uso da Câmara³⁵.

Em 1841, João José Gomes assina novo Termo, desta vez comprometendo-se a cuidar dos arvoredos públicos da cidade e do Cemitério do Prado Repouso. Estes contratos são bastante minuciosos. O jardineiro tinha de plantar as árvores, prendê-las com estacas, regá-las e podá-las. Se as árvores secassem ou entortassem, João José Gomes teria de plantar novas árvores à sua custa. Tinha ainda de cuidar das plantas do viveiro municipal³⁶.

Durante estes anos sucede-se a arborização de artérias da cidade, de espaços de feira e de passeios. Transparece dos relatórios camarários a preocupação com o estado das árvores plantadas, a aquisição de novas espécies, o arranque e substituição de árvores velhas, a vigilância por parte da guarda das árvores recém plantadas. Este é, aliás, um aspecto curioso, uma vez que frequentemente é pedido à Guarda Municipal que reforce a vigilância para evitar que pessoas mal intencionadas destruam o arvoredo. Alguns particulares oferecem espécies para o ajardinamento camarário, como o Visconde de Beire que autoriza a Câmara a fazer alguns enxertos em árvores da sua quinta para posterior plantação em diversos pontos da

33. A.H.M.P., Livro 1º de Termo Diverso, 1837, fl. 45 (v.).

34. [...] responsabilidade de todo o Arvoredo nos diferentes sitios do Concelho que está plantado, e se plantar [...] conservando-o, regando-o, e finalmente plantado de novo todos os pes que se carecerem, e a malversão dos poucos ignorantes que odeião esta belleza publica, e a inutilizão[...] Exposição dos principais actos administrativos da Camara Municipal da Antiga, Muito Nobre, sempre Leal e Invicta Cidade do Porto em 1838. Porto, 1839, p. 44.

35. Exposição dos principais actos administrativos da Camara Municipal da Antiga, Muito Nobre, sempre Leal e Invicta Cidade do Porto em 1840. Porto, 1841, p. 14.

36. A.H.M.P., Livro 1º de Termo Diverso, 1841, fl. 73 (v).

cidade³⁷. Em 1844, José Pereira Guimarães oferece árvores para a Praça de D. Pedro e João Thomás Quillinam oferece, para o Jardim de S. Lázaro, seis roseiras do Japão³⁸.

Em 1859, quando ocupava o cargo de Presidente da Câmara o Visconde de Lagoaça, surge pela primeira vez a ideia da abertura de um passeio na Foz³⁹. Como sabemos, este jardim será concretizado na década de 70.

É pois visível por parte da municipalidade, uma vontade e uma forte sensibilização em defesa dos espaços verdes e da arborização. Mencionam-se as qualidades das árvores para o fornecimento de oxigénio e para a renovação do ar das cidades, os benefícios que acarretam para a saúde pública e o ambiente agradável que proporcionam⁴⁰.

A década de 70 apresenta-se mais ambígua quanto à política de arborização. Transparecem da leitura do Jornal de Horticultura Prática inúmeras críticas dirigidas à actividade e à própria competência do Jardineiro Municipal⁴¹. Oliveira Júnior, Edmond Goeze, Marques Loureiro e outros não se cansam de chamar a atenção dos responsáveis para a falta de manutenção dos jardins, para a escolha de espécies menos apropriadas para os locais e objectivos pretendidos e para o tipo de poda praticado, apelidada na altura de "poda à escovinha".

37. Exposição dos principais actos administrativos da Camara Municipal da Antiga, Muito Nobre, sempre Leal e Invicta Cidade do Porto em 1840. Porto, 1841, p. 13.

38. Exposição dos principais actos administrativos da Camara Municipal da Antiga, Muito Nobre, sempre Leal e Invicta Cidade do Porto desde o 1º de janeiro de 1843 até 30 de junho de 1844. Porto, 1845.

39. Pedido de um Decreto que authorise a Câmara a levar a effeito algumas expropriações em S. João da Foz, tendo em vista o parecer do Procurador Geral da Corôa a respeito dos terrenos comprehendidos na esplanada do Castelo, para que nos terrenos expropriados se leve a effeito um Boulevard. Referido no Relatório da Gerencia da Camara Municipal do Porto durante o biennio de 1858 e 1859. Porto, 1860, p. 18.

40. [...] é assaz reconhecido por todos, quanto ella (a arborização) é benefica á hygiene publica, além disso as arvores embellesam os largos e praças, ministrando conjunctamente abrigo e frescura, no tempo calmoso, aos transeuntes que a buscam. Referido no Relatório da Gerencia da Camara Municipal do Porto durante o biennio de 1858 e 1859. Porto, 1860, p. 41.

41. Ter em vista fazer desaparecer as grandes arvores e fazel-as substituir por outras que passados alguns annos terão tomado o mesmo desenvolvimento, não nos parece muito racional, e n'este caso está a medida que acaba de ser tomada com respeito á praça de D. Pedro. JUNIOR, Oliveira - Jornal de Horticultura Pratica. Porto: Typographia Lusitana. Vol. II (1871), p. 75.

É ainda nesta altura que algumas vozes se insurgem contra as restrições no acesso aos jardins pelas classes mais desfavorecidas⁴². Esta medida é, aliás, insistentemente condenada, nomeadamente no *Jornal de Horticultura Prática*, pela mão do seu redactor Oliveira Júnior⁴³.

A estas críticas responde Manuel Justino de Azevedo, responsável pelos arvoredos e jardins, com o número de árvores plantadas (742) contra as 75 arrancadas e defende-se dizendo que a população da cidade, de indiferente, tornou-se exigente em demasia⁴⁴.

Se por um lado é claramente expressiva a defesa do verde por parte dos responsáveis pela jardinagem municipal e dos redactores do *Jornal de Horticultura Prática*, é igualmente certa a existência de uma atitude algo desinteressada por parte do público em geral, em relação à arborização. Alfredo Allen já o tinha constatado em 1867, quando ocupava o cargo de vereador dos jardins e arvoredos⁴⁵. Já foram descritas situações de puro vandalismo, em que as árvores, principalmente as recém plantadas, eram destruídas. A. J. do Nascimento Leão justifica o corte de muitas árvores como tendo sido feito a pedido dos próprios moradores⁴⁶. Muitas vezes as queixas surgiam porque as árvores plantadas não eram as mais próprias para esses locais. Depois de crescidas, atingiam um porte inoportuno para ruas pequenas. Os moradores queixavam-se de que as árvores impediam a entrada de ar e luz nas suas casas, mesmo durante a noite, pois que a copa das árvores ofuscava a luz dos candeeiros a gás. Se, por um lado as vantagens da arborização são reconhecidas por todos, por outro, há uma má

42. [...] Sabemos que enquanto o sr. visconde de Villar Allen esteve na camara municipal como encarregado do pelouro dos passeios publicos, recommendava que não se tolhesse a entrada a pessoa alguma, a não ser que viesse incomodar as outras pessoas com carretos, etc.. *Idem, ibidem*, p. 117.

43. [...] Se a aristocracia dinheirosa se envergonha de arrastar as suas opulencias ao lado da capa do pobre, evite semelhantes logares. Se a senhora bem nascida receia vêr pisada a sua candida botinha assetinada pela chinela da filha do povo, ninguem a obriga a ir lá. O sol de Deus, que não custa dinheiro, e as arvores que elle faz bracejar, frondejar e que custaram e custam o dinheiro dos municipes, são de todos e para todos. *Idem, ibidem*. Vol. III (1872), p. 154.

44. [...] de indiferente que havia sido, se tornou, desde que eu entrei em exercício, difficil e exigente até ao excesso". Relatório da Gerência da Câmara Municipal do Porto apresentado à Câmara eleita para o biennio de 1870 e 1871. Porto, 1871, p. 25 - 28.

45. [...] O Vereador encarregado d'este pelouro tem de lutar tambem contra a repugnancia que muita gente, com pouca consideração pela hygiene publica e bem geral, sente ao vêr arvores plantadas na frente de suas casas, e quando estas pessoas não podem obter a sua remoção, pedem até á exigência para que sejam depenadas em fôrma de parasol anão. Descrito no Relatório da Gerência da Câmara Municipal do Porto apresentado à Câmara eleita para o biennio de 1868 e 1869. Porto, 1868, p. 79.

46. Relatório da Gerência da Câmara Municipal do Porto, durante o biennio de 1870 e 1871. Porto, 1872, pág. 16.

escolha das espécies, o que provoca um efeito contrário, ou seja, ambientes escurecidos, sem sol, eventualmente causados por espécies de folha persistente e que provocavam um reacção negativa por parte das populações. Aliás, é o próprio Nascimento Leão que afirma que é necessário conhecer e utilizar as espécies mais adaptadas a cada local⁴⁷.

A década de 80, durante a vereação de João Baptista de Lima Júnior, vai ser marcada por uma reformulação dos serviços e pelo fim da poda municipal. Será também marcada pelo início da actividade de Jerónimo Monteiro da Costa e a abertura de vários jardins públicos um pouco por toda a cidade.

No final do século, imagem deste apreço e respeito pelas árvores são alguns transplantes de palmeiras e coníferas do desaparecido Jardim Botânico para a Cordoaria.⁴⁸ As árvores eram transportadas em juntas de bois e a operação vivamente aplaudida pela população.

Em 1885, José Marques Loureiro elogia o estado de conservação dos jardins⁴⁹, enquanto que outros espaços ajardinados vão surgindo, como em 1888 o Jardim da Praça dos Voluntários da Rainha projectado por Jerónimo Monteiro da Costa, jardineiro da Câmara.

Em 1890, Marques Loureiro faz, no Jornal de Horticultura Prática, o ponto da situação e deixa-nos uma imagem clara da situação dos jardins, que considera atravessarem uma fase de desenvolvimento e de remodelação⁵⁰. Marques Loureiro dá-nos conta das principais espécies introduzidas para melhorar os jardins já existentes, refere a importância do uso do novo sistema de rega por meio de pulverizadores colocados nos relvados que permitiam à relva

47. [...] É pois conveniente aceitar as lições da experiência, e fazer no futuro as plantações d'árvores de pequeno porte e de folha caduca, e que as plantações sejam feitas nas praças e largos, e muito poucas nas ruas da cidade, que pela maior parte não as podem comportar. Referido no Relatório da Gerência da Câmara Municipal do Porto apresentado à Câmara eleita para o biennio de 1872 e 1873. Porto, 1874, p. 26.

48. SEQUEIRA, Eduardo - Jornal de Horticultura Prática. Porto: Typographia Lusitana. Vol. XXV (1894), p. 92-93.

49. Os jardins públicos d'esta cidade, graças ao bom gosto, zêlo e actividade do vereador do pelouro dos jardins snr. Carlos Alves, teem tomado um novo aspecto [...] Já se nos não afiguram jardins d'uma cidade abandonada ou d'um povo que tivesse o mau sestro de considerar uma superfluidade a manutenção d'estes recreios, creados por quem reconheceu a sua utilidade, e mais tarde abandonados por uma falsa economia ou pela incuria e ignorancia. LOUREIRO, José Marques - Jornal de Horticultura Prática. Porto: Typographia Lusitana. Vol. XVI (1885), p. 79.

50. A jardinagem publica no Porto, n'estes ultimos annos tem tido notavel desenvolvimento, não só com a criação de novos jardins em algumas das praças da cidade, mas tambem pela completa transformação dos já existentes. Idem, ibidem. Vol. XXI (1890), p. 216 - 219.

manter-se sempre verde, enumera os vários jardins feitos ultimamente, referindo alguns nomes ligados à horticultura e jardinagem como o visconde de Vilar Allen, de Cristiano Vanzeller, de Carlos Alves, de Lima Júnior e de Oliveira Monteiro, na altura presidente da Câmara⁵¹.

Nos finais do século XIX ajardinam-se as Praças do Duque de Beja, de Carlos Alberto, dos Voluntários da Rainha e do Infante, à Bolsa. Nas primeiras décadas do século XX são criados novos jardins tais como o da Rotunda da Boavista em 1907, o Jardim do Campo 24 de Agosto em 1912, o da Praça da República em 1914 e da Arca d'Água em 1928. Os jardins enquadram agora estátuas, bustos ou monumentos comemorativos e são espaços de evocação e memória.

Nos anos 30 e 40 os jardins públicos adquirem uma nova funcionalidade com a criação de espaços de biblioteca⁵² e parques infantis no jardim da Cordoaria e Palácio de Cristal.

Nestes anos, contudo, é sentida a falta de espaços verdes amplos para a cidade, à semelhança dos que se iam delineando nos Estados Unidos e noutros países europeus. Ezequiel de Campos chama a atenção para a necessidade de se planearem jardins e parques em toda a periferia da cidade, bem como do aproveitamento das margens do rio Douro que são pouco frequentadas pelos portuenses⁵³. Quanto aos jardins já existentes, considera-os umas amostras de jardins. Contudo, as cidades portuguesas estão ainda muito próximas do campo e as populações ainda mantêm o contacto com as zonas rurais. Talvez este hábito justifique o desprendimento e o pouco empenho das populações na criação de grandes parques⁵⁴.

No pós 25 de Abril, assiste-se em todo o país a uma subida do nível de vida das populações, a um aumento significativo da população urbana à custa do abandono dos campos e conseqüentemente à urbanização desenfreada das cidades, que leva Helder Pacheco a recordar que *dizia-se que esta era a cidade dos jardins, das quintas e dos campos verdejantes. [...] Da identidade do ambiente do Porto eles são um factor, uma outra herança, delicada, insuficientemente protegida que a cidade recebeu e que até hoje não soube (ou não pode) ampliar e renovar*⁵⁵.

51. Idem, ibidem. Vol. XXI (1890), p. 216 - 219.

52. A Biblioteca Popular Pedro Ivo, no jardim da Praça Marquês de Pombal, é inaugurada em Janeiro de 1948.

53. É curioso constatar que, passadas seis décadas, se retoma esta questão da " reconciliação da cidade com o rio ", despertada por ocasião da regata do Infante em Agosto de 1994, sugerida pela animação e a transformação levada a cabo em toda a zona ribeirinha do Porto e de Gaia.

54. Por outro lado, o Porto continuava a ser a cidade das casas com quintais ou pequenos hortos, escondidos no interior dos quarteirões.

55. PACHECO, Helder - Porto. Lisboa: Presença, 1984, p. 150.

Podemos hoje afirmar que essa ampliação e renovação se está a concretizar. Hoje vemos recuperados e conservados os jardins históricos da cidade, (" apenas " a Alameda da Lapa desapareceu) viu-se ampliada a mancha verde através da aquisição a particulares de espaços como a Quinta do Covelo, o Parque de S. Roque, ou a Quinta de Serralves, da criação do Parque da Cidade e futuramente do Parque Oriental. No Plano Director Municipal está ainda prevista a recuperação do espaço do Horto das Virtudes, do Parque da Lapa, da zona das Carvalheiras/Fontinha e do Monte Aventino.

A palavra de ordem é, actualmente, a criação de um "verde contínuo ", que tem por objectivo manter as penetrações das manchas agrícolas no tecido urbano, preservar o interior dos quarteirões, preservar e ampliar o património dos jardins e quintas públicas para o recreio da população e incentivar a expansão e a conservação dos jardins e quintas particulares⁵⁶.

O Plano Director Municipal⁵⁷. propõe um acréscimo de 320 hectares de espaço verde público, permitindo alcançar uma capitação futura de 10/12 metros quadrados por habitante, valor muito próximo do que se observa em metrópoles europeias com condições climáticas idênticas às nossas.

56. Plano Geral de Urbanização. Opções do Plano. Porto: Gabinete de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal do Porto, 1984, p. 137.

57. A capitação média em 1989 era de 3 m² por habitante. Porto de Encontro. Porto: Câmara Municipal do Porto. nº 10 (1993), p. 18.